

RECURSO ESPECIAL Nº 1.798.076 - RS (2019/0045491-2)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
RECORRENTE : MARGARET DUARTE CORREA
ADVOGADOS : RAFAEL RAPHAELLI - DEFENSOR PÚBLICO - RS032676
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RECORRIDO : SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA
AGRAVANTE : SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA
ADVOGADOS : VANESSA ROBLEDO SIMÕES - RS064198
FERNANDA MARTINS DA CUNHA - RS054112
EDUARDO PEUKERT MASCARENHAS LOPES - RS081077
DIEGO DUARTE GONZALEZ E OUTRO(S) - RS091820
LIDIANE BERNARDON DUARTE ROSA - RS096212
AGRAVADO : MARGARET DUARTE CORREA
ADVOGADOS : RAFAEL RAPHAELLI - DEFENSOR PÚBLICO - RS032676
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** RECURSO QUE NÃO INFIRMA TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO QUE NÃO ADMITIU O APELO NOBRE NA ORIGEM. INCIDÊNCIA DO ART. 932, III, DO NCPC. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

MARGARET DUARTE CORREA (MARGARET) ajuizou ação de rito ordinário com pedido de indenização por danos materiais e morais contra SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA (SOCIEDADE PORTUGUESA).

O Juízo de primeiro grau julgou procedentes os pedidos iniciais (e-STJ, fls. 139/147).

Inconformada, SOCIEDADE PORTUGUESA apelou.

O Tribunal gaúcho deu parcial provimento ao apelo em acórdão assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. NULIDADE DA SENTENÇA NÃO VERIFICADA. APLICAÇÃO ESCORREITA DO ÔNUS PROBATÓRIO. PRELIMINARES REJEITADAS. SEGURO ANTERIOR À VIGÊNCIA DA LEI 9.656/98. AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO DO CONSUMIDOR PARA ADAPTAÇÃO.

APLICAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO MAIS FAVORÁVEL AO CONSUMIDOR. APLICAÇÃO DA NOVA LEGISLAÇÃO. DEVER DE COBERTURA VERIFICADO.

1. Preliminar de falta de fundamentação. O julgador não está obrigado a examinar todos os fundamentos legais suscitados pelas partes no decorrer do processo, podendo decidir a causa de acordo com os motivos jurídicos necessários para sustentar o seu convencimento.

2. Preliminar de nulidade por decisão extra petita. Caso em que a sentença bem fundamenta a questão, estando atenta aos pedidos e causa de pedir das partes, não havendo que falar em decisão extra petita ou que fira o contraditório.

3. Preliminar de nulidade por inépcia do pedido.

Inexistente. A notificação da consumidora para adesão ou não aos novos parâmetros legais se trata de matéria de defesa, eis que constitui fato obstativo do direito autoral; portanto, independentemente de inversão do ônus probatório (o que não ocorreu ao longo do feito e, tampouco, na sentença) tal prova é de incumbência da parte ré.

4. Resta consolidado o entendimento de que os contratos de seguro e de planos de assistência à saúde devem se submeter às disposições do Código de Defesa do Consumidor (Súmula 469 do STJ).

5. Com efeito, não incidem no caso a excludente prevista no artigo 10, II, da Lei 9656/98, nem mesmo as disposições da Resolução nº 387/2015 da ANS, tendo em vista que o tratamento foi prescrito pelo médico, prevalecendo a regra do Código de Defesa do Consumidor, art. 51 e o princípio da boa-fé.

6. Dever de notificação do consumidor para fins de comprovar a atenção aos ditames do art. 35 da Lei 9.656/98 é matéria de defesa e deve ser alegado e comprovado pelo réu.

7. No caso concreto a operadora de seguros infringiu os ditames legais do artigo 35 da Lei 9.656/98 ao sonegar do consumidor a opção de adaptação de seu plano de saúde aos novos ditames legais. Aplicação da interpretação mais favorável ao consumidor, que no caso é pela aplicação ao caso dos novos ditames legais.

8. Inocorrente, no entanto, o dano extrapatrimonial, eis que o descumprimento contratual, por si só, não dá ensejo à indenização por danos morais, não restando comprovada excepcionalidade no sentido de que os direitos da personalidade da autora tenham sido afrontados.

9. Em face do decaimento recíproco, a parte autora deverá arcar com 50% das custas processuais, ficando os demais 50% a cargo da demandada, assim como cada uma das partes arcará com os honorários advocatícios aos procuradores da

Superior Tribunal de Justiça

parte adversa e que vão mantidos em 10% sobre o valor da causa atualizado para cada uma, tendo em vista os vetores do § 2º do art. 85 do CPC.

SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. REJEITADAS AS PRELIMINARES. APELAÇÃO PROVIDA EM PARTE (e-STJ, fls. 181/182).

Os embargos de declaração interpostos por MARGARET foram rejeitados (e-STJ, fls. 577/584).

Inconformada, SOCIEDADE PORTUGUESA manifestou recurso especial com base no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, alegando violação do art. 35 da Lei nº 9.656/98.

As contrarrazões não foram apresentadas (e-STJ, fl. 288).

O recurso especial foi inadmitido pelo Tribunal gaúcho por incidência das Súmulas nºs 5, 7 e 83, todas do STJ, e 283 do STF (e-STJ, fls. 299/308).

SOCIEDADE PORTUGUESA então manejou o presente agravo em recurso especial, onde tão somente reiterou seu apelo nobre, ao sustentar a inaplicabilidade da Lei nº 9.656/98 ao contrato em debate (e-STJ, fls. 314/325).

A contraminuta não foi apresentada (e-STJ, fls. 328/329).

É o relatório.

DECIDO.

O inconformismo não merece conhecimento.

De plano, vale pontuar que o presente recurso foi interposto contra decisão publicada na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016:

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

Consoante pacífico entendimento desta Corte, o agravante deve infirmar

especificamente todos os fundamentos da decisão agravada, demonstrando o seu desacerto, de modo a justificar o cabimento do recurso especial interposto, sob pena de não ser conhecido o agravo, não cabendo a impugnação genérica ou a reiteração das razões expostas no recurso especial.

Da leitura das razões recursais, observo que o inconformismo não se dirigiu de forma específica contra nenhum dos fundamentos da decisão agravada, pois SOCIEDADE PORTUGUESA não infirmou devidamente os seus esteios, deixando de refutar, de forma arrazoada, a incidência das Súmulas nºs 5, 7 e 83, todas do STJ, e 283 do STF, ao caso.

Como se sabe, *não basta, para afastar o óbice da Súmula nº 83/STJ, a alegação genérica de que o acórdão recorrido não está em consonância com a jurisprudência desta Corte, devendo a parte recorrente demonstrar que outra é a positivação do direito na jurisprudência desta Corte, com a indicação de precedentes contemporâneos ou supervenientes aos referidos na decisão agravada* (AgRg no AREsp 238.064/RJ, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, DJe 18/8/2014).

Além do mais, por exemplo, SOCIEDADE PORTUGUESA, além de indicar as normas tidas por violadas, deveria ter demonstrado a impugnação específica aos fundamentos do acórdão recorrido (Súmula nº 283 do STF), **colacionando trechos das razões do seu agravo em recurso especial**, o que não ocorreu.

Assim, não tendo o recurso impugnado especificamente todos os fundamentos da decisão recorrida, é o caso de incidir o art. 932, III, do NCPC.

A propósito, vejam-se os seguintes julgados:

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ADMISSIBILIDADE. IMPUGNAÇÃO AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. ENFRENTAMENTO DA QUESTÃO SEM MENÇÃO EXPRESSA AO NÚMERO DO ENUNCIADO DA SÚMULA. POSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA PARA JULGAMENTO DE AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS. LUGAR DO FATO. REPRESENTAÇÃO PERANTE O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA.

1. Para a satisfação do princípio da dialeticidade, as razões do recurso devem demonstrar o desacerto dos fundamentos da decisão recorrida, independentemente de rígidas formalidades. Assim, não basta, meramente, alegar que não incide a súmula 83, se não houver demonstração de que a jurisprudência do STJ não está consolidada no sentido da decisão recorrida. O princípio é atendido, todavia, mesmo sem a alegação expressa de não incidir a súmula 83, mas sendo demonstrado que a jurisprudência do STJ conforta a tese da parte recorrente.

2. [...]

3. Agravo interno provido. Acolhimento da exceção de incompetência.

(AgInt no AREsp 1.106.545/MA, Rel. Ministro MARCO BUZZI, Rel. p/ Acórdão Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Quarta Turma, julgado em 22/5/2018, DJe 15/6/2018 – sem destaque no original)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. CITAÇÃO POR OFICIAL DE JUSTIÇA. JUNTADA DO MANDADO CITATÓRIO DEVIDAMENTE CUMPRIDO AOS AUTOS. ACÓRDÃO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. SÚMULA 83/STJ. ATO DE JUNTADA INSERIDO POR SERVENTUÁRIO DA JUSTIÇA. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

1. [...]

2. Para infirmar a aplicação da Súmula n. 83 do STJ, a recorrente deveria ter demonstrado que as razões de decidir do acórdão recorrido estariam em discordância com o entendimento desta Corte, por meio de julgados recentes, o que não foi feito na hipótese.

3. [...]

4. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1.155.442/MG, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, julgado em 5/12/2017, DJe 15/12/2017 - sem destaque no original)

Nessas condições, **NÃO CONHEÇO** do agravo.

Considerando a aplicabilidade das regras do NCPC e o não conhecimento do recurso, MAJORO em 5% os honorários advocatícios sucumbenciais fixados em desfavor de SOCIEDADE PORTUGUESA, nos termos do art. 85, § 11, do NCPC.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator